



Relatório Síntese da Reunião do Forpred Recife, Park Hotel, 06/08/2013

Número de PPGEs representados: 82

1 – Constituição da mesa: Prof^ª Dalila Andrade Oliveira, Presidente da ANPEd, Jefferson e Alfredo da coordenação nacional; Eva, Isabel, Tânia, Samuel, Laerthe, das coordenações regionais do Norte/Nordeste, Sudeste)

2 – Abertura e palavras da Presidenta

O Prof. Jefferson agradeceu a presença de todos os presentes e passou a palavra para a Prof^ª Dalila. A Prof^ª Dalila também agradeceu aos presentes. Lamentou o falecimento do Prof. Angel Pino Sirgado, da Unicamp e que atuou também na Univali e UFFS.

Em seguida, a Prof^ª Dalila apresentou os desafios da Anped em relação aos Programas com ênfase na Associação de, ao menos, 50% mais um docente de cada Programa na Associação. A ideia é que os coordenadores (as) estimulem os docentes ao cumprimento desta regra da Anped.

A Prof^ª Dalila apresentou questões que envolvem o Ministério da Educação no sentido de aprimorar as políticas educacionais, deixando claro que a Anped não é contra os Mestrados Profissionais e esta discussão já foi superada. Há perguntas fundamentais que devem ser base da construção de políticas educacionais que envolvem os Mestrados Profissionais: como viabilizar a participação do professor de Educação Básica, com suas jornadas, nos mestrados profissionais? Houve audiências com o ex-Ministro da Educação Fernando Haddad. No entanto, não houve ação objetiva para o pleito da Anped com relação a uma política de bolsas para professores da Educação Básica. A discussão continua hoje com o Ministro Mercadante e, após diversas audiências, tem havido abertura para a elaboração de políticas educacionais que envolvem, inclusive, outras entidades representativas. A Anped tem defendido a necessidade de que a educação deve ser uma área prioritária na Capes (prioridade 1), pois isso fará com que mais recursos sejam destinados à área.

A Prof^ª Dalila informou que o Ministro da Educação enviou uma carta que informa o interesse do Ministério em criar um Grupo de Trabalho para discutir o Mestrado Profissional. O Conselho Técnico-Científico de Educação Básica da CAPES deverá instituir o Grupo de Trabalho na consideração das sugestões feitas pela Anped ao Ministério da Educação. A Anped compreende que este documento recebido do Ministro da Educação diz respeito a uma conquista muito importante para a Área de Educação e, fundamentalmente, indica o sentido do Forpred como um espaço político e destaca a construção dos princípios do Mestrado Profissional.

Dalila explicou que este ano é o último da gestão de sua diretoria e, também, o último ano da reunião anual e, cf. definição de assembleia e aprovação do Novo Estatuto e que, a partir de agora, as reuniões passaram a ser bianuais e, igualmente, haverá as reuniões científicas regionais também de 2 em 2 anos. Neste contexto, convida a todos para a reunião anual que será realizada em Goiânia e enfatiza a importância de uma 36ª Reunião que será realizada na Universidade Federal de GO, com o apoio da PUC/GO, entre outros parceiros.

3 – Aprovação da pauta

O coordenador do Forpred apresentou a pauta, divulgada pela lista e distribuída o formato impresso.

Solicitou a inclusão de mais um assunto: Criação de Comissão para elaboração de documento sobre Mestrado profissional na área de Educação situação atual.

A pauta foi colocada em discussão e foi aprovada.

1º Assunto – Breve relato das atividades do Forpred Regional. Eva relatou as atividades do Forpred Norte/Nordeste. Samuel relatou atividades do Sudeste.

Eva, coordenadora da região Norte-Nordeste, apresenta uma breve síntese da região com ênfase na organização do EPENN (Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste).

Samuel apresenta uma síntese da região sudeste em dois aspectos: a data prevista para a realização da reunião científica regional, em 2014, na UFSJ, será entre o final de julho e início de agosto de 2014 e, além disto, teremos o Seminário sobre Ética na Pesquisa em Educação na Unicamp, no dia 07/08/2013, e agradece ao Prof. Dario (Unicamp) pela parceria na construção deste seminário.

Jefferson informou que Sul e Centro-Oeste estão iniciando discussões sobre a Reunião Científica Regional – 2014.

Alfredo deu as boas vindas aos presentes e afirmou que a pauta pretende ser mais propositiva em relação à área de educação e não tanto em relação à avaliação da CAPES.

2º Assunto: Breves informes do Forpred

Número de programas: segundo o site da Capes são 143, sendo 58 no Sudeste, 38 no Sul, 25 no Nordeste, 16 no Centro-Oeste, 6 no Norte, segundo informações no site da Capes.

Informou que foram aprovados mais 2 mestrados acadêmicos: IPF e IFRPE.

Sessão Especial na Anped – conforme deliberação dos coordenadores, pela lista, o tema da Sessão Especial será Ética na Pesquisa e contará com representante da CONEP. Solicitou aos coordenadores que preencham o questionário *googledocs* sobre ética, para subsidiar os convidados.

Levantamento de Número de pós-graduandos que atuam na Educação Básica: O coordenador do Forpred informou que o levantamento realizado a pedido da Coordenação de Área-Capes resultou no seguinte: 284 – Mestrado Profissional, 2.630 – Mestrado Acadêmico e 997 – Doutorado. Informou que esses números indicam um parâmetro sobre o montante de bolsas que a área necessita. A esse valor, solicitou-se um acréscimo de 10 a 15% (margem de erro).

Questões operacionais: (i) que os coordenadores preencham dados relativos ao corpo docente e discentes (razão: a Anped precisa de dados concretos para preparar um escalonamento de valores para as anuidades, caso a proposta de Resolução construída pela comissão constituída para este fim seja aprovada na assembleia), e (ii) uma lista para quem não está inscrito na lista eletrônica do Forpred.

Jefferson informou que o Forpred convidou as Professoras Clarilza e Marlucia para a reunião do Forpred em Goiânia. A Profa. Flavia Werle, responsável pela classificação de livros, estará presente na reunião de Goiânia.

Qualis Periódico atualizado: O coordenador do Forpred informou que em julho de 2013, o Qualis periódico atualizado foi disponibilizado no webqualis.

Informou que alguns periódicos nos quais docentes de PPGEs publicaram não apareceram na lista. A partir dessa constatação, a Prof^a Clarilza informou que esses periódicos serão classificados para fins da avaliação trienal. Informou que o Forpred está reunindo os nomes de periódicos nesse caso e que a lista será repassada à Prof^a Clarilza. Solicitou aos coordenadores que confirmem os coletas 2010, 2011 e 2012. Caso alguma revista não conste na lista, a coordenação do Forpred deve ser informada. Igualmente, os periódicos com C devem ser também notificados para o Forpred, de modo a buscar sempre, e em todos os casos, validar a produção de cada programa.

Discussões e encaminhamentos a partir dos informes do Forpred

O coordenador do PPGE/Unioeste apresentou problemas sobre Qualis em relação à consideração do Qualis de origem da revista ou da área de Educação entre outros problemas.

A coordenadora do PPGE/UFMG questionou sobre as possibilidades de discussão e articulação com a área de Ensino.

O coordenador da Unioeste afirmou que, em alguns casos, os periódicos da área de educação são mais valorizados no Qualis que a avaliação da própria área.

A coordenadora da Unesp/Marília questionou qual a importância da avaliação da comissão de periódicos da Anped em relação à área de educação.

Após diversas intervenções e questionamentos sobre Qualis Periódico, sugeriu-se um encaminhamento de solicitar à Coordenação de área na Capes a divulgação dos pareceres que subsidiaram a atualização do Qualis, divulgado em julho de 2013. Sugeriu-se que tal pedido deve ser feito em conjunto com o Fepae. A proposição foi colocada em votação e acolhida por unanimidade.

Proposta de ação: solicitar que sejam divulgados os pareceres de avaliação dos periódicos. Jefferson sugere que esta solicitação seja feita com a FEPAE.

3º Assunto: Discussões iniciais sobre a próxima coordenação de Área/Capes

O coordenador do Forped informou que até o presente, não foi divulgado pela Capes como será o processo de escolha de Coordenadores de Área. Informou que a Portaria nº 207, de 22 de outubro de 2010 disciplinou a escolha da última coordenação. Naquela oportunidade, definiu-se que os Coordenadores de Área foram escolhidos pelo Presidente da Capes dentre os nomes das listas tríplices apresentadas pelo Conselho Superior. Para compor as listas tríplices, foram consultados os cursos ou programas de pós-graduação, associações e sociedades científicas e de pós-graduação, de âmbito nacional. Os cursos e programas de pós-graduação podiam apresentar no mínimo três e no máximo cinco nomes indicados para a função. Informou que essa discussão é altamente relevante e que não é viável realizá-la pela lista de e-mails.

Sugeriu que os coordenadores poderiam pensar em alguns nomes e buscar negociar alguns compromissos com os PPGEs, tais como:

- Manter contato permanente com os PPGEs;
- Manter os PPGEs informados sobre avaliação de PPGES, APCNs, Qualis periódico, classificação de livros;
- Apoiar os PPGEs com relação a APCNs, dúvidas sobre avaliação, entre outras;
- Apoiar a luta da Anped, Forpred e PPGEs para que a área de Educação passe a ser prioridade 1 na Capes.
- Apoiar a luta para que os professores da Educação Básica recebam Bolsa;
- Lutar para que sejam publicados editais específicos para a área (redes de pesquisa, etc).

Abertas as discussões

Discussões e encaminhamentos:

O coordenador da PUC/Rio destacou que, atualmente, a Capes utiliza a expressão de coordenação da Capes na Área e não representante da área na Capes.

O coordenador da UFRRJ destacou que é fundamental que a Área de Educação passe a ser prioridade na Capes. Afirmou que é oportuno um documento do Forpred para o pleito de prioridade de 3 para 1.

A coordenadora do PPGE/UPF sugere acrescentar mais compromissos para a coordenação de área: necessidade de interlocução mais orgânica com o Forpred/Anped como questões específicas como: ética, mestrado profissional. Não há uma posição clara da área e é preciso que os critérios de avaliação sejam claros. Propõe uma interlocução mais orgânica com a construção de comissões, elaboração de

editais para estudos de que a área necessita. Por que a área de educação não repercute sobre os problemas da Educação Básica? Não há estudos orgânicos sobre a pesquisa em educação no Brasil e os impactos para a educação básica.

A coordenadora do PPGE/UFMT considerou que é importante levar em consideração pessoas que têm participado de comissões na CAPES e que têm acumulado experiência. Destacou a necessidade de alguém com capacidade de negociação política.

A coordenadora do MP – UNEB destacou que é importante que sejam criadas revistas ligadas aos Mestrados Profissionais dada a ênfase nos mestrados acadêmicos.

A coordenadora do PPGE/UFRN destacou a necessidade do perfil para a indicação do novo coordenador de área.

O Coordenador da UFSCAR Sorocaba falou da necessidade de um perfil político para além da CAPES. Propôs que seja elaborada uma Carta Recife – necessidade de prioridade 3 para 1, destacando que essa as manifestações e protestos têm indicado essa necessidade.

A coordenadora do PPGE/UEMG destacou o impacto que as pesquisas causam na formação e sua relação com os índices educacionais. Este ponto já levantado pode enfraquecer ou fortalecer nossos representantes. É fundamental que tenhamos pesquisas que possam ajudar a área na defesa de si mesma. A CAPES tem, segundo ela, ‘engenheiros’ e pessoas da área de exatas nos diversos cargos, com uma visão mais quantitativa. Destacou que o clamor das ruas possa estar presente nos cargos da CAPES.

O coordenador do PPGE/Unilasalle destacou que o problema é que vamos indicar alguém que irá nos fiscalizar, em última instância. A Capes não aceitou a indicação e é preciso que isto circule na lista do Forpred. Quem deve fazer política é movimento social, nós, e não esperar que a CAPES faça isto. Ele retoma alguns compromissos explicitados por Jefferson.

A representante da UTP destacou que há cursos de licenciatura sendo fechados. O que fazer com a educação? Qual a prioridade? Que compromisso este governo tem com a educação? Destacou a necessidade de recursos.

O coordenador do PPGE/Unioeste destacou que é preciso que o coordenador de área tenha interlocução com os PPGEs. É preciso que seja alguém que dialogue, alguém com quem não tenhamos medo de enviar um email, por exemplo. Destacou a exclusão da área de educação em Projeto de licenciaturas internacionais

A coordenadora da UFG/Catalão indicou que parece haver uma insatisfação em relação à atual área de educação. No entanto, a pessoa que ocupa essa função está sempre “no fio da navalha”. Espera-se desta pessoa que tenha um perfil político e, ao mesmo tempo, um perfil de ouvir a base (Forpred). Alguém que consiga ceder, negociar e avançar. Afinal, é representação ou é coordenação?

A coordenadora do PPGE/UEM destacou que a qualidade da avaliação melhorou, os critérios estão mais claros em relação a 2004, quando ela foi também coordenadora do programa. Hoje há parâmetros

para a construção de cursos novos etc. Não havia conhecimento de critérios da CAPES, no entanto, muito se avançou. As áreas duras são mais objetivas e a área de educação há muita subjetividade. É preciso avançar em muitos quesitos. Este coordenador (a) de área deve conhecer bem a ‘máquina’.

O coordenador do PPGE/UFOP disse que havia outra demanda e atualmente há necessidade de um perfil diferente, dado que as funções na CAPES podem ser diferentes. Utilizar os critérios e afinar e, aos poucos, definir os nomes.

O coordenador do PPGE/UNICAMP destacou que a capacidade de diálogo tanto na CAPES quanto fora dela é essencial para o coordenador. Destaco que uma das conquistas da Prof^a Clarilza foi a classificação de livros. Há outras demandas. O Profmat tem em torno de 1800 alunos por ano, que trabalham e têm bolsas.

O coordenador do PPGE/Unesp disse que é delicado indicar nomes, mas destacou que a Prof^a Alice Casimiro Lopes para a função.

O vice-coordenador do Forpred apontou que o mais importante é a definição de critérios, mas não seria o caso de fazer uma avaliação simplista da área. Sentiu falta da interlocução do programa dele com a CAPES. Outra questão é manter a meta de ter a educação como prioridade 1.

Proposta de Encaminhamento: Após as discussões e manifestações, a coordenação da mesa sintetizou as principais características para atuação na coordenação de área – Capes:

- a) experiência no processo de avaliação trienal e avaliação de APCNs;
- b) ter sido coordenador de PPGE;
- c) capacidade de interlocução com os PPGEs, Forpred, associações científicas;
- d) autonomia intelectual (maturidade acadêmica, forte inserção acadêmica na área)
- e) capacidade de articulação política;
- e) região de origem;
- f) tipo de instituição ao qual está vinculado (federal, estadual, privada).

Com base nesse perfil, sugeriu-se que na reunião do Forpred, em Goiânia, sejam levantados 1 ou 2 nomes de cada região (por consenso). Dessa forma, no caso da Capes abrir o processo de consulta, a área terá um conjunto de nomes previamente definidos. O coordenador do Forpred indicou que em todas as regiões há nomes que atendem o mencionado perfil. A proposta de encaminhamento foi colocada em votação e acatada por unanimidade.

O coordenador do PPGE/ Unesp/P. Prudente propôs a realização de debate das propostas que os possíveis indicados possam ter sobre a área. O coordenador do Forpred esclareceu que, na verdade, não se trata de uma eleição. A indicação cabe à Capes. Os PPGEs são consulados e podem indicar nomes para compor a lista tríplice.

A coordenadora do PPGE/UEM levantou a questão de que a indicação de nomes deve ser referendada pelo Colegiado e que não é possível impor ao nosso corpo docente nomes pré-definidos. O coordenador do Forpred destacou que, realmente, cabe aos colegiados definirem os nomes a serem indicados e que os coordenadores podem indicar os nomes da região ou mesmo de outras regiões como nomes que atendem o perfil discutido no Forpred. Destacou ainda que a estratégia de definir um conjunto de nomes representativos é uma estratégia aparentemente adequada e que os colegiados devem também ser espaço de debates sobre os destinos da área.

Jefferson informou também que a CAPES solicitou 80 nomes para a avaliação dos programas e haverá a escolha de 40 para atuarem na avaliação trienal.

Jefferson afirmou que a CAPES utiliza um comitê de busca e o PQ é um dos critérios,

Intervalo para almoço, com retorno 13:30

XXX

Retomada dos trabalhos

- Jefferson solicitou a Isabel Sabino (UECE) a leitura da Carta de Recife. Após as correções e alterações o texto foi aprovado e assinado por todos

Versão final da Carta de Recife

Recife, em 06 de agosto de 2013.

CARTA DE RECIFE: EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE 1 NO BRASIL

Exmo Sr. Aloizio Mercadante Oliva, Ministro da Educação do Brasil,

Considerando que a área da pesquisa em Educação tem se expandido consideravelmente na última década em nosso país, compondo hoje um conjunto de 145 Programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado), distribuídos nas diferentes regiões brasileiras, sendo 59 no Sudeste, 38 no Sul, 26 no Nordeste, 16 no Centro-Oeste e 06 no Norte;

Considerando que a qualificação da Educação Básica, tão amplamente reivindicada nos dias atuais por diferentes setores sociais, passa necessariamente pela formação de professores em nível de graduação e pós-graduação, nos quais se encontram estrutura científico-pedagógica voltada para produção de conhecimentos sobre a prática educativa desenvolvida no exercício profissional docente;

Considerando que nos mais recentes processos de mobilização da juventude, dos movimentos sociais e de outros setores, ocorridos nos últimos meses, em todo o país, a reivindicação da educação de qualidade foi uma das mais presentes, tendo sido acolhida, posteriormente, nos discursos de representantes dos poderes públicos de diferentes níveis, como principal prioridade para o Brasil;

Considerando que os processos político-administrativos da CAPES, na área da Educação, não espelham a prioridade defendida por esses segmentos sociais; que a área é reconhecida como de “prioridade 3”,

resultando em significativos impactos negativos na disponibilização de recursos aos Programas Pós-Graduação para os processos de formação e qualificação de profissionais da Educação Básica; na ausência da área da Educação no Programa Ciência sem Fronteiras, em editais para licenciaturas internacionais e em editais específicos para a área; além de reduzida disponibilidade de bolsas de estudo e pesquisa;

O Fórum Nacional de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPRED), reunido nos dias 05 e 06 de agosto de 2013, em Recife-PE, reivindica **ao Exmo. Ministro para que assumo o compromisso de garantir que a área da Educação seja promovida a Prioridade 1 nos processos políticos e administrativos da CAPES.**

Prof. Dr. Jefferson Mainardes (UEPG) - Coordenador do Forpred

Profa. Dr. Alfredo Macedo Gomes (UFPE) – Vice-coordenador

Demais Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação presentes à reunião do FORPRED

4º Assunto: Comissão para elaboração de documento sobre Mestrado profissional na Área de Educação

O coordenador do Forpred apresentou uma síntese das discussões da reunião com coordenadores de MP, realizada no dia 05/08. Informou que um dos encaminhamentos da reunião que contou com a presença de representantes de 15 MPs da área de Educação e coordenadores de PPGEs (mestrado acadêmico e Doutorado) foi a elaboração de um documento sobre MP, para ser apresentado na reunião de Goiânia. Informou que a situação atual é diferente do passado, uma vez que são 23 Cursos de MPs na área. A proposta foi colocada em discussão.

- O coordenador do PPGE/UFRRJ relata problemas dos mestrados profissionais, no sentido de que não são chamados para dialogar.

- O coordenador do MP/Uninove apresentou dados sobre os mestrados profissionais, informando que até agora, nenhum passou por avaliação trienal. Até 2011, havia apenas 7 programas e em 2013 temos 23 programas. Está de acordo com a comissão para os mestrados profissionais e afirma que há uma política do governo muito forte para fazer crescer os mestrados profissionais. Na área de administração, os mestrados profissionais já superaram os acadêmicos.

Com base na discussão da reunião de 05/8, sugere a formação de uma comissão constituída por: Tania Hetkowski (UNEB), José Lucas Pedreira Bueno (UNIR), Cristhianny Barreiro (IFSUL), Wanderlei Barbosa (UFLA), Bernardo Kipnis (UnB). A composição possui representantes das 5 regiões e de programas mais antigos e mais novos. O documento poderá circular na lista antes da reunião de Goiânia.

A pedido de coordenadores, Jefferson falou da necessidade de um maior cuidado do uso da lista de e-mails do Forpred, pois há reclamações de falta de critério no uso da lista.

5º Assunto: Posicionamento do Forpred a respeito da mudança de periodicidade da avaliação de Programas 6 e 7 .

Jefferson afirma que existe uma proposta da CAPES de alterar o intervalo de avaliação. Os programas 6 e 7 teriam um intervalo maior.

O coordenador do PPGE/Unesp faz perguntas diversas: (i) os seminários de avaliação irão continuar? (ii) a avaliação anual, com os indicadores, sempre auxiliou os programas em seu desenvolvimento; (iii) a Plataforma Sucupira está prevista, mas não há definição.

A coordenadora da PUC/RS afirma que a avaliação de programas 6 e 7 em períodos maiores pode ser uma boa alternativa no mesmo sentido que a Anped decidiu por ter reuniões de dois em dois anos.

O coordenador do PPGE/Unioeste – exemplifica que o caso da Espanha a avaliação é mais diluída e uma saída poderia ser de 6 em 6 anos. No caso de um programa que desejasse submeter um relatório em 3 anos, poderia, mas, não seria obrigado.

A coordenadora do PPGE/UFES – apresenta o problema de que a avaliação deve ter os mesmos critérios para todos.

A coordenadora do PPGE/UEL destaca a importância de compreender se há ilusão na proposta de ampliação de prazo de avaliação. Os critérios serão os mesmos? Se sim, não haverá trégua aos programas 6 e 7 e, portanto, a ampliação de prazo parece ilusória.

A representante do MP/Unipampa questionou a importância deste fórum em relação à avaliação e que é preciso aprofundar a questão da avaliação.

A coordenadora do PPGE/UFRRJ destacou que o problema não parece ser o prazo de 3, 4, 5 ou 6 anos, mas, os critérios de avaliação. O problema parece ser o olhar sobre a quantidade e não a qualidade das avaliações.

O coordenador do PPGE/UFSCAR Sorocaba destacou que parece haver a necessidade do Caderno de Indicadores para que os programas possam, ano a ano, acompanhar a avaliação. Não ter elementos objetivos quanto à avaliação parece um problema. **Proposta de ação:** solicitação de que os cadernos de indicadores continuem sendo divulgados no site da Capes.

A coordenadora do PPGE/UFES sugere a continuidade dos seminários de avaliação.

Proposta de ação: Jefferson sugere o encaminhamento de um documento para a Diretoria de Avaliação da Capes e para a coordenação de área/CAPES, sobre a necessidade de retomada dos cadernos de indicadores ou de seu substituto, pois conforme anunciado pela Capes, uma outra plataforma está sendo desenvolvida.

O coordenador da PUC/Rio mostra dificuldade em aumentar o prazo. Ele considera que programas consolidados, com mais recursos terão um prazo mais alongado para a avaliação, enquanto que os programas com avaliação menor serão mais avaliados.

A coordenadora do PPGE/UsP informou que USP criou um sistema de avaliação mais rigoroso que a própria CAPES. Afirma que não podemos pensar nos casos específicos para decidir sobre o que estamos pensando.

Após diversas manifestações, definiu-se que não há elementos concretos para a realização do debate sobre o tema. Alfredo (UFPE) sugere que se possa ter um seminário para discutir estas questões.

6º Assunto: Bolsa Coordenação - Capes

O coordenador da Unesp/Araraquara afirmou que faltam dados, informações para um posicionamento sobre as bolsas coordenação.

A coordenadora da Unisul questiona: - qual a natureza desta bolsa? Porque desta bolsa? Qual o interesse da CAPES quando define a bolsa coordenação? É preciso pensar um pouco para que tenhamos clareza do significado.

Alfredo (UFPE) – seria muito mais interessante ter um projeto para rever as funções gratificadas (pode ser que demore). Qual o vínculo do coordenador com a CAPES? Posicionamento contrário à bolsa coordenação da CAPES, na consideração das universidades federais, regimes jurídicos.

O Coordenador da Unioeste – também questiona sobre a origem da questão. De onde surgiu a proposta? Qual o propósito? As universidades privadas fazem da educação um negócio, então, haverá recurso público (bolsa) para coordenadores destas universidades?

O coordenador da PUC/Rio– afirma que caberá a cada um decidir se solicitará a bolsa ou não.

A coordenadora do PPGE/UFMT lembrou que a obtenção de uma bolsa se dá por meio de desenvolvimento de projeto e que deve ficar claro qual o eu compete ao bolsista.

7º Assunto: Pauta da reunião do Forpred em Goiânia (Anped)

Após discussões, a pauta ficou assim estruturada:

28/09 – Sábado (manhã):

- Informes e discussão sobre Avaliação Trienal (Profª Clarilza)
- Informes e discussão sobre Classificação de livros (Profª Flávia Werle)

Sábado (tarde)

- Discussão sobre o Regulamento das Reuniões Científicas Regionais e seu impacto
- Relato de Comissões – Mestrado Profissional

29/09 – Domingo (manhã)

- Reuniões regionais (Reuniões Científicas regionais, Coordenação de Área/Capes, assuntos definidos pelas coordenações regionais)

Domingo (tarde)

- Relato das reuniões regionais

- Eleição – vice-coordenador do Forpred Nacional

- Houve questionamentos acerca das reuniões Científicas regionais. Alguns coordenadores destacaram que é fundamental que se tenha um momento para a discussão da proposta de Regimento, em Goiânia e outros diversos coordenadores concordam com esta posição.

- Outro coordenador destacou que há ausência de democracia na condução desta questão das reuniões científicas regionais. Seria importante ouvir as pessoas para então pensar uma comissão para elaborar a proposta de Resolução.

- Destacou-se que o regulamento depende da aprovação estatutária e que as reuniões científicas regionais foram definidas naquele estatuto.

- Explicou-se que o Regulamento das Reuniões Científicas regionais levou em consideração a manutenção da associação no aspecto financeiro e que há a previsão de anuidades escalonadas, de forma a propiciar o pagamento da anuidade por estudantes.

- Houve a proposta de que o texto do regulamento seja repassado aos coordenadores com antecedência, para a discussão no sábado (28/09).

- A mesa explicou que há questões do evento que não dependem da aprovação do regulamento na Assembleia (tema, coordenadores de eixos, comitê científico). Houve discordância de uma coordenadora com relação a isso.

8ª Assunto: Cursos de Mestrado e Doutorado não credenciados pela Capes

A mesa colocou em discussão a problemática dos cursos de Mestrado e Doutorado ofertados no Brasil e que não são credenciados, questão que já circulou na lista de e-mails diversas vezes.

Diversos coordenadores apresentaram seus posicionamentos.

Deliberou-se que se trata de uma questão muito complexa porque as pessoas que buscam esses cursos devem estar conscientes dos riscos e que não compete ao Forpred fazer definições com relação a isso.

- Com relação à revalidação, uma coordenadora destacou que a criação de um cadastro único, pela Capes, poderia resolver o problema dos egressos desses cursos que fazem a solicitação e diferentes PPGes. Afirmou-se também que os PPGes devem ser rigorosos no processo de revalidação.

9º Assunto: Áreas prioritárias e critérios para concessão de Bolsas - Ofício Circular 011/2013

A coordenação do Forpred destacou que esse Ofício informa a não ampliação do número de bolsas. Após discussões, concluiu-se que a discussão desse tema está relacionada á solicitação apresentada na Carta de recife, aprovada e assinada por todos.

Palavra livre

Eva fez uso da palavra e agradeceu a presença de todos. Alfredo também agradeceu a presença de todos.